

CEDI

Sentença sobre chacina de índios sai após 10 anos

38 - 06.11.72

Cuiabá — A sentença a ser dada na próxima semana, após mais de 10 anos de inexplicável tramitação jurídica, encerrará definitivamente o processo referente à célebre "chacina do paralelo 11", em Mato Grosso, ocorrida há quase 10 anos, quando uma expedição formada por seringueiros e pistoleiros, em busca de ouro e borracha, massacrava nove índios da tribo Cintas-Largas, às margens do rio Aripuanã.

O processo, que obteve repercussão internacional, em pouco menos de 10 anos passou pelas mãos de quatro juízes matogrossenses, que deixaram de ditar a sentença por motivos até hoje obscuros. Dos quatro indicados, três morreram em circunstâncias misteriosas, e o único que sobreviveu, Ramiro Costa, com 61 anos de idade, aguarda na imunda cadeia pública de Cuiabá que o juiz Mauro José Pereira, de 37 anos, tido como homem severo, decida a sua sorte.

Processo

No volumoso processo de mais de mil páginas que, inclusive, já chegou a ser anulado, a denúncia conta que, em outubro de 1963, na propriedade da firma Arruda, Junqueira e Cia. Ltda., situada na localidade denominada a Juína-Mirim, em Mato Grosso, por ordem de Antônio Mascarenhas Junqueira, foi organizada uma expedição.

Planejou-a Francisco Amorim de Brito, encarregado-geral e preposto da firma, com finalidade de colher a planta medicinal conhecida como poaia, borracha e verificar a existência ou não de minérios preciosos na área a ser percorrida, que era território de caça dos índios cintas-largas.

A expedição, de seis homens, subiu de lancha o rio Juruena, passando pela barra do rio Sangue. Attingiu o local denominado Aguas Bravas, onde o Juruena se torna bastante revoltoso, e depois embrenhou-se na mata.

Os seis homens, comandados por Francisco Luís de Sousa, o famigerado Chico Luís — pistoleiro famoso pelos inúmeros assassinatos que cometeu — caminharam por vários dias em direção à serra Morena e logo a seguir acamparam. Decorrida uma semana, foram localizados por um avião, um Cessna, que, conforme combinação prévia, lançou-lhes

mantimentos, roupas, remédios e farta munição de grosso calibre, além de um bilhete do encaregado Francisco Amorim de Brito esclarecendo que deveriam continuar a caminhada e que em frente encontrariam um rio, o Aripuanã. O bilhete alertava-os ainda para que tomassem cuidado com os índios, aquela altura construindo suas malocas à beira do Aripuanã.

Passados dois dias, os seis homens, ao reiniciarem sua caminhada, avistaram fumaça e passaram a andar com toda cautela, até divisarem o grupo Cinta-Larga que, pacificamente, construiu suas malocas.

Massacre

Imediatamente, sem nenhuma razão aparente e de forma traiçoeira, o grupo utilizando-se das armas que portava — mosquetões, pistolas de calibre 45 e até mesmo algumas metralhadoras Ina — passou a disparar contra os indefesos índios, do outro lado da margem do Aripuanã.

Cessado o covarde ataque — prossegue a denúncia — o grupo partiu em perseguição aos índios que haviam conseguido escapar ao massacre, terminando por encontrar uma jovem índia acompanhada de seu filho de colo.

Movidos por uma sanha bestial, os homens amarraram a mulher entre duas árvores, de cabeça para baixo, com as pernas abertas. Chico Luís sacou de um enorme facão de mato e desferiu várias estocadas entre as pernas da índia, abrindo seu corpo até a altura do esterno. E, não satisfeito, disparou um tiro de 45, à queima-roupa, contra a cabeça do bebê, atirando, em seguida, os corpos às águas do Aripuanã.

O massacre teve início quando Ataíde Pereira dos Santos, pistoleiro profissional atirou no índio que parecia ser o chefe do grupo Cinta-Larga. Em seguida, Chico Luís, portando uma metralhadora, desfechou várias rajadas em direção aos índios que tentavam fugir. No momento de assassinar a índia e seu bebê, foi auxiliado por Silvestre de tal e por Ramiro Costa, que ora se encontra preso em Cuiabá.

Denúncia

Logo após a chacina, reveliam os autos, a expedição iniciou a viagem de retorno,

que se desenvolveu muito mais depressa do que a de ida, porque os assassinos temiam a perseguição dos índios, chegando de volta ao acampamento de origem quatro dias depois.

Quem denunciou o massacre às autoridades foi o padre jesuíta Werner, que revelou também estarem os homens de Antônio Mascarenhas Junqueira há longo tempo dizimando os índios com bombas de dinamite lançadas sobre suas aldeias e dando-lhes de presente sacos de açúcar envenenado com arsênico. Quando Ataíde Pereira dos Santos foi preso em Cuiabá contou o crime friamente, não omitindo nenhum detalhe e fazendo uma grave acusação contra seu patrão, o seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira, apontado por ele como mandante da chacina:

— Matei o chefe dos índios com um tiro de mosquetão no peito. Quem metralhou os Cintas-Largas e retalhou a índia foi o Chico Luís. Antes ele matou a criancinha com um tiro de 45 na cabeça e mandou que ateássemos fogo nas malocas junto ao rio Aripuanã. Isso aconteceu pela manhã. A expedição foi organizada, através do preposto Francisco Amorim de Brito, pelo seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira, que até hoje não me pagou os 50 contos acertados para a empreitada.

Acareação

Apesar das acareações entre patrão e empregado, na Delegacia da Polícia Federal em Cuiabá, onde Ataíde repetiu as mesmas acusações, o seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira, homem rico e de prestígio na cidade, não foi, inexplicavelmente, indicado em inquérito.

Hoje, 10 anos após o massacre, ele continua a tomar tranquilamente sua cervejinha gelada nos bares do centro de Cuiabá, numa prova de que os fatos ocorridos em 1963 não trouxeram o mínimo abalo à rotina de sua vida. Até hoje ele explora seringueiros e, ironicamente, mora numa casa situada ao lado da Delegacia Regional da Funai em Mato Grosso.

Acusação

Para os que acompanharam muito de perto o processo referente à "chacina do paralelo 11", Ramiro Costa — recolhido à cadeia pública de Cuiabá desde o

ano passado, quando, embragado, apresentou-se à Delegacia Regional da Funai para acusar o seringalista Antônio Mascarenhas Junqueira como mandante do crime, ao mesmo tempo em que confessava "estar com prisão preventiva decretada" — Ramiro Costa nada mais é do que o bode expiatório de um crime cujos verdadeiros culpados ainda andam à solta pelas ruas da capital matogrossense.

Trata-se de uma insinuação contra o seringalista que, sempre sorridente, parece, por força de suas amizades e influências, não se preocupar muito com toda a história.

Ramiro, na cadeia, nega-se sempre a admitir que tenha participado da expedição criminosa:

— Mogo, sou baiano e muito honrado, repete sempre com voz e gestos trêmulos. Deus é testemunha de que jamais matei alguém em minha vida, muito menos índios, dessa maneira horrível como dizem por aí. Agora estou aqui nesta prisão que mais parece um pedaço do inferno, sofrendo e esperando. Confio na Justiça e sei que vou ser absolvido.

O juiz

Apesar das ilusões de Ramiro Costa, atacado pela velhice e por já incurável malária, o juiz Mauro José Pereira afirma que o processo, agora em suas mãos, já concluído, não terá solução de continuidade:

— Custa-me a crer — afirma — que um caso como esse, de massacre de índios, tenha permanecido tanto tempo envolto na mais completa escuridão, sem que os culpados fossem punidos. Como se muitos interesses estivessem em jogo. Esse fato somente desprestigiava a nossa Justiça, já tão carente de recursos.

O juiz Mauro José Pereira, casado, cuiabano mesmo, e pai de dois filhos, entrou para a magistratura há cerca de cinco anos. Dos juízes mato-grossenses é o mais jovem, porém é tido como um dos mais severos e brilhantes, tanto que suas sentenças, geralmente longas, com mais de 10 laudas, jamais foram reformadas. E ele é taxativo:

— Não conheço o processo em profundidade. Vou lê-lo com toda a atenção, não deixando de esmiuçar nada. A verdade há de surgir, doa a quem doer.